

## “Desafios dos Açores na Europa pós-2020”

### Interpelação

**Senhora Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,  
Senhor Presidente do Governo,  
Senhoras e Senhores Membros do Governo,  
Açorianas e Açorianos,**

Em fevereiro do ano passado, o Grupo Parlamentar do PS/Açores lançou um repto a todos os partidos representados nesta Casa, para que nos uníssemos e fizéssemos “um pacto de regime” em torno das políticas europeias.

O nosso apelo foi para uma união entre as forças partidárias e em conjunto com os parceiros sociais e a sociedade civil, em prol dos Açores.

Nessa altura, como agora, acreditamos que o nosso poder de reivindicação é sempre mais forte se falarmos a uma só voz, quer no plano nacional, quer no âmbito da nossa ação política europeia.

Foi com esse espírito que aqui aprovámos, por unanimidade, em junho do ano passado, uma iniciativa do PS/Açores de “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa *na defesa intransigente dos interesses e direitos da Região Autónoma dos Açores no âmbito da Proposta de Orçamento Plurianual da União Europeia para o período 2021-2027*”.

E é também partindo dessa mesma intenção que hoje estamos aqui para interpelar o Governo Regional sobre os principais desafios que se colocam aos Açores na Europa pós-2020.

O facto de estarmos muito próximos do final do presente mandato europeu – e de, por isso, vivermos um período de pré-campanha eleitoral – e o calendário do processo negocial conducente ao novo Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia, tornam ainda mais premente uma reflexão específica e partilhada sobre os desafios e as oportunidades com que a nossa Região terá de lidar nos próximos anos no plano europeu.

Temos ideias, propostas e intenções para o futuro do nosso relacionamento com as instâncias europeias. Também temos receios e dúvidas, e, tanto num caso como noutro, achamos ser nosso imperioso dever fomentar, sempre que oportuno, um alargado debate político que envolva pontos de vista distintos, contributos diferenciados, e que, dessa forma, nos faça sermos melhores e mais eficientes no plano da nossa ação política de âmbito europeu.

Nenhum dos desafios maiores da nossa Autonomia deve ser desligado da capacidade política que revelarmos para sensibilizar e reivindicar no plano nacional, como no plano europeu.

Agora que se definem as grandes linhas orientadoras da futura Política de Coesão, da Política Agrícola Comum ou da Política Comum de Pescas, e que se fixam os respetivos envelopes financeiros, não é irrelevante a nossa presença, a nossa ação e a nossa capacidade de gerar mais apoios, consensos e alianças nos grandes centros de decisão da política Europeia.

As recentes posições do Parlamento Europeu no que toca ao futuro das políticas que mais diretamente dizem respeito à Região, contrapondo às austeras e insensíveis propostas iniciais da Comissão uma defesa intransigente dos princípios fundadores da coesão, da convergência e da subsidiariedade, são disso prova clara – sendo merecedor de destaque e de reconhecimento, a este propósito, o trabalho desenvolvido pelos nossos eurodeputados Ricardo Serrão Santos e Sofia Ribeiro.

Ninguém nos conhece melhor do que nós próprios;

Ninguém nos pode defender melhor do que um de nós;

Ninguém estará melhor habilitado a cumprir essa nobre e exigente missão do que aqueles que se disponibilizarem a ser os porta-vozes da maior vontade comum e do mais amplo e partilhado conjunto de aspirações, em nome dos Açorianos e do desenvolvimento da nossa terra

Para esta interpelação contamos, por isso, com a abertura que o Governo dos Açores tem sempre relevado desde sempre sobre estas matérias, mas também com a disponibilidade e empenho de toda a oposição para um debate construtivo e consequente.

**Senhora Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,  
Senhor Presidente do Governo,  
Senhoras e Senhores Membros do Governo,**

Os Desafios dos Açores na Europa pós-2020 ganharam ainda outra proeminência porque, por circunstâncias que agora não importa esmiuçar, e ao contrário do que vinha sendo habitual, deixaremos de poder contar com um representante dos Açores no maior grupo político do Parlamento Europeu.

Tal circunstância, obriga-nos a robustecer o nosso entendimento interpartidário e a procurar, em articulação com o poder executivo, os fundamentos para uma Região unida e preparada para defender os interesses dos Açorianos, acima de qualquer questiúncula específica de índole político-partidária.

É, por isso, fundamental que, conjuntamente com o Governo dos Açores, façamos um ponto de situação sobre matérias tão decisivas quanto as que dizem respeito à Agricultura, às Pescas, aos Transportes e à Mobilidade, ou ao Ambiente e à Sustentabilidade, enfim, às várias áreas-chave do nosso futuro coletivo.

Fruto da boa execução dos fundos comunitários, somos a Região do país que mais convergiu com a União Europeia desde o início do século e temos sabido aproveitar as verbas europeias em benefício do progresso da nossa terra, mas há que continuar a fazer valer as nossas especificidades e a nossa condição particular.

Na Agricultura, importa garantir que há uma maior coesão interna e externa nos resultados da aplicação da PAC, que não se pode eximir de tratar de forma diferente o que é efetivamente diferente, para que todos possam ter condições de evoluir por igual.

Nas Pescas, há-que rentabilizar o aumento previsto para a verba comunitária no próximo quadro financeiro plurianual para 2021-27, em concreto na dotação para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) que poderá passar dos cerca de 6 mil milhões, para os cerca de 7 mil milhões de euros.

Ainda neste setor, os Pescadores Açorianos têm de continuar a manter o equilíbrio entre a sustentabilidade necessária e os rendimentos justamente almejados, valorizando aquilo que se pesca não pela quantidade, mas pelo valor de venda.

Nos Transportes - para darmos apenas mais um exemplo - é chegada a hora, do nosso ponto de vista, de nos batermos por um conjunto próprio e adequado de políticas de apoio dirigidas às especificidades das Regiões Ultraperiféricas, afastadas por natureza, e por imperativo geográfico, do investimento direcionado para a rodovia e ferrovia da Europa Continental.

**Senhora Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,  
Senhor Presidente do Governo,  
Senhoras e Senhores Membros do Governo,  
Açorianas e Açorianos,**

Estas são algumas das questões mais prementes que se colocam aos Açores nesta fase particularmente relevante da preparação das linhas orçamentais europeias para o período pós-2020.

São matérias que nos definem enquanto comunidade e parcela territorial da União Europeia; que moldarão necessariamente o nosso horizonte de expectativas e de aspirações nos próximos sete anos;

que ajudarão a consolidar o nosso trajeto de progresso e desenvolvimento.

Desvalorizar este debate é desvalorizar as nossas aspirações num futuro ainda melhor. Menorizar a sua importância pode ser (para alguns) de conveniência partidária, mas não será certamente um ganho para a Região que os Açorianos desejam e merecem ter.

Pelo contrário, é tempo de legitimar e fortalecer politicamente a nossa voz e a nossa ação junto das instâncias europeias.

Infelizmente, os Açores têm sido notícia pelo distanciamento que os nossos eleitores sentem em relação à União Europeia. É impossível conviver

comodamente com os 80% de abstenção que tivemos nas últimas eleições Europeias. E todos nós aqui nesta Casa temos responsabilidade nisso.

Temos a responsabilidade e o dever de mostrar aos Açorianos que a Europa também é aqui e que as políticas europeias são determinantes. Que a nossa pertença à Europa tem resultados visíveis em todas as ilhas – nas estradas, nas escolas, nos centros de saúde, na proteção dos recursos naturais – e que o que não formos capazes de ser nós a influenciar, será sempre decidido por outros, não necessariamente de acordo com as nossa vontades e necessidades.

É nossa responsabilidade esbater o fosso que existe entre os Açorianos e a Europa.

A força da nossa voz vai depender da forma como nos unirmos e da forma como formos capazes de ultrapassar as nossas divergências ideológicas em favor dos Açores.

Os eventuais ganhos ou as possíveis perdas no âmbito do futuro Quadro Orçamental Europeu não serão do Governo, ou da maioria que o apoia, mas sim dos nossos empresários, dos nossos agricultores, dos nossos pescadores, dos nossos jovens, do nosso território, do nosso ambiente, do nosso Mar, da nossa biodiversidade...

E estes podem não ter a escala ou a dimensão, suficientes, na interpretação de alguns, mas para nós – para todos nós – serão sempre a fortuna maior e a razão de ser última de representarmos o povo Açoriano e os seus legítimos anseios.

Horta, 9 de abril de 2019